

Reflexões sobre os efeitos da pandemia na educação brasileira

A pandemia da SARS-COV-2, também conhecida como COVID-19, que teve seu início o final de 2019, rapidamente expandiu-se para todo o mundo (1). Inicialmente, os primeiros esforços foram direcionados para o entendimento do curso clínico da doença, a contagem de casos (principalmente as manifestações mais graves) e seu tratamento. À medida que a epidemia evolui, enfrentamos a necessidade de expandir atividades na área da saúde pública buscar compreender como ocorre a circulação desse novo vírus e caracterizar seu potencial impacto na sociedade nas suas mais diversas dimensões.

À medida que a COVID-19 avança pelo mundo é possível vislumbrar efeitos em diversos setores da sociedade. Do ponto de vista econômico, já se delineia uma recessão global, que têm provocado aceleração do desemprego. Instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Cepal já projetam recessão das economias Latino Americanas para 2020 e lenta retomada de crescimento para os próximos anos, especialmente no Brasil. As populações mais vulneráveis poderão experimentar o agravamento das suas já precárias condições de vida (2).

A crise sanitária internacional tende a aprofundar as desigualdades e um ponto que desperta particular preocupação é a educação. Este setor foi atingido logo no início da pandemia. Governos de todo o mundo, preocupados com a rápida disseminação da COVID-19, iniciaram as medidas de contenção com a paralisação das aulas em todos os níveis dos sistemas educacionais. Hoje, estima-se que mais de um 1,5 bilhão de estudantes em todo o mundo estejam fora das escolas (3). Apesar das pesquisas demonstrarem um efeito positivo do fechamento de escolas na evolução da epidemia da COVID -19, tanto pela redução no pico da doença e quanto na taxa de infecção (4)(5), essa estratégia pode trazer significativos impactos aos jovens e adultos no médio e longo prazo, principalmente para os alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social e de saúde, como acontece com grande parte dos estudantes brasileiros. Em alguns países como no Reino Unido,

algumas crianças em condições de vulnerabilidade continuaram frequentando as aulas, como identificado em relatório publicado pela rede Covida do dia 11 de abril de 2020.¹

O fechamento das unidades escolares dificulta a continuidade do aprendizado e aumenta as desigualdades, afetando de forma desproporcional os estudantes em situações de vulnerabilidade social (6). Um exemplo claro, durante a epidemia de Ebola ocorrida entre 2014 e 2016, foi o aumento da violência contra criança no ambiente doméstico, do trabalho infantil, da gravidez na adolescência e das disparidades socioeconômicas após o fechamento de escolas e o significativo da evasão escola após o retorno as aulas (7).

No campo educacional, as maiores mudanças possivelmente devem ocorrer no ensino básico, educação superior e profissionalizante. Geralmente, essas etapas são compreendidas como escaninhos individuais, mas a crise sanitária posta pela COVID-19 têm demonstrado o quão interdependentes elas são.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), desde o início da pandemia da COVID-19, 188 países já fecharam totalmente os seus sistemas educacionais, deixando de fora das salas de aula mais de 1,5 bilhão de estudantes visando conter a disseminação da doença (8). A UNESCO adverte que a COVID-19 trata-se de uma situação sem precedentes, principalmente por causa da sua amplitude. E isso exige esforços coordenados de todos os Governos em todas as instâncias para garantir que a COVID-19 não aumente ainda mais as iniquidades sociais nos países (8). No Brasil, segundo o último Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019 estavam matriculados cerca de 47,8 milhões de estudantes nas 180,6 mil escolas de educação básica. Os estudantes matriculados em escolas públicas eram cerca de 38,7 milhões, o que representava 80,9% do total de matriculados, concentrados principalmente na área urbana (88,7%). A desigualdade se expressa fortemente quando identifica-se que apenas 63,4% das escolas

¹ https://covid19br.org/main-site-covida/wp-content/uploads/2020/04/Relatorio_medidas_distanciamento_f.pdf

públicas no Brasil possuem acesso à internet, enquanto entre as instituições de ensino particulares esse valor chega a 96%(9).

É difícil prever os impactos da COVID-19 no sistema público de ensino. A progressão da epidemia e o prolongamento do isolamento social, como observado em outros países², se não tiverem estratégias de mitigação, pode ampliar a desigualdade social na educação brasileira do ensino fundamental ao superior. Esse quadro de isolamento social repercute de forma perversa na maioria de estudantes da rede pública de ensino, oriundos de famílias com maior vulnerabilidade econômica e social, que muitas vezes tem a escola como único meio de acesso a internet. Principalmente, porque a internet configura-se, muitas vezes, como a principal ferramenta para o acesso ao conhecimento, informação, conteúdos culturais, diversão e lazer. Neste contexto o acesso ao ensino a distância por meio de tecnologias digitais é altamente desigual. Recentemente, nas redes sociais foi liberado o acesso gratuito às “lives” e novas práticas foram incorporadas no cotidiano desses jovens. O acesso, ao vivo ou aos vídeos gravados, centralizados na internet, à opções que perpassam pela prática de atividades físicas, aulas de culinária, jardinagem, pintura, música, entre outras; vem acentuando um problema já existente no Brasil: a desigualdade de acesso.

“Educação é muito mais do que apenas aprendizado em sala de aula. Para milhões de crianças e jovens, escolas são uma oportunidade de salvação e também um abrigo. Salas de aula oferecem proteção - ou pelo menos o adiamento - da violência, exploração e outras circunstâncias difíceis. Quando as escolas fecham por mais do que algumas semanas, casamentos precoces aumentam, mais crianças são recrutadas por milícias, exploração sexual de meninas e adolescentes aumenta, gravidez de jovens aumenta e o trabalho infantil aumenta. O inverso também é verdadeiro: a educação melhora significativamente não apenas as perspectivas de vida individual, mas a estabilidade e a prosperidade de sociedades inteiras.” (10).

² https://covid19br.org/main-site-covida/wp-content/uploads/2020/04/Relatorio_medidas_distanciamento_f.pdf

No Brasil, o fechamento das redes pública e privada de escolas e universidades não foi acompanhado de ações que viabilizassem que o ensino chegasse às residências dos estudantes. No âmbito Federal, a única medida adotada pelo Ministério da Educação (MEC) foi autorizar o uso da metodologia de Educação à Distância (EAD), através de tecnologias digitais, como uma ferramenta de continuidade do aprendizado desses estudantes (11). Mas, compreendemos que essa é uma proposta inexecutável, considerando que essa modalidade de ensino geraria uma situação de iniquidade, em relação a uma grande parcela de estudantes.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a internet no Brasil é a reprodução da desigualdade no mundo real. Alardeada como uma ferramenta totalmente democrática, a internet está cada vez mais popular em todo o globo. Em nosso país, no ano de 2017, cerca de 61% dos domicílios tinham acesso a internet (12).

O acesso a essa rede, no entanto, está longe de ser universal e igualitário. De acordo com dados apresentados pelo IPEA, 90% das pessoas das classes “A” e “B” têm acesso a internet; as classes “D” e “E”, apenas 42% estão conectadas. Sem mencionar a grande diversidade dentre os que têm acesso em termos de velocidade e volume de dados. Também, há uma diferença no que diz respeito às áreas urbanas e rurais. Mais de 70% dos usuários encontram-se nas áreas urbanas. Os usuários mais frequentes e mais intensivos são aqueles que têm maior renda, escolaridade, entre outras características que definem os padrões socioeconômicas das classes “A” e “B”. Por outro lado, aqueles que estudaram até o quinto ano são os que menos consomem conteúdos culturais pela internet (12). Portanto, no mundo virtual também existe uma estrutura de reprodução de exclusão e desigualdade, materializadas no acesso à internet e no uso das tecnologias de informação.

O processo de ensinar e aprender, na modalidade EAD, está intrinsecamente relacionado à autonomia e disciplina do estudante e à formação dos professores. Os estudantes precisam assumir a responsabilidade pela sua aprendizagem, mas essa autonomia se relaciona com o outro, “não é o que pode separar-se, isolar-se, comunicar-se, mas o que carece de complemento e atualização para manter-se em horizonte próprio. Autonomia é sua negociação, não sua conclusão” (13). Para os professores é preciso investir em

capacitação para o uso de tecnologias digitais, principalmente em um cenário em que são exigidos a construção de novos saberes. Assim como, será necessário desenvolver habilidades e competências, mas também posicionar-se crítico-criativamente e de modo articulado, frente às diversidades postas nas relações concretas das diversas instâncias da vida social e cultural **(14)**.

Em países da OCDE “o PISA 2018 revelou que mesmo entre estudantes de 15 anos, em média nos países da OCDE, apenas 1 em cada 9 foi capaz de distinguir entre fato e opinião, com base em pistas implícitas relativas ao conteúdo ou fonte da informação. Assim, sem uma orientação e apoio consideráveis dos professores, é pouco provável que os alunos consigam navegar sozinhos pelo mundo do aprendizado online” **(15)**.

É imperioso pensar que é insuficiente apenas mudar a estratégia de ensino presencial para online. Mesmo em países desenvolvidos, em que foram disponibilizados a todos os professores e alunos, licenças ou acesso a tecnologias como Zoom, Respondus e Microsoft Teams, existem incertezas sobre o impacto destas mudanças no processo de ensino-aprendizagem.

Como manter o interesse e a atenção do aluno na modalidade EAD? Apesar do número de vagas oferecidas em cursos de graduação a distância ter superado a modalidade presencial no Brasil, os dados do INEP (2018) revelam que a evasão também é maior na EAD quando comparada ao ensino superior presencial. Dentre as possíveis causas da evasão na modalidade EAD estão: falta de apoio acadêmico, problemas com a tecnologia e falta de apoio administrativo **(13)**. A mudança do ensino para a modalidade EAD no formato online perpassa diversas questões, além da dificuldade de acesso do alunado brasileiro. Essa simples “onlinificação” de aulas presenciais pode não resultar em experiências positivas. Para aqueles que usarão smartphones, há diferenças significativas inclusive relacionadas ao tamanho da fonte, o áudio, a digitalização das atividades, dentre outras questões **(16)**.

Importante destacar também que a Alimentação Escolar é universalizada em todas as escolas públicas do Brasil. Nos períodos de aula, estudos apontam que a refeição de milhares de estudantes realizadas na escola é a mais importante ou a única feita no dia,

a sua interrupção, certamente vai repercutir no estado nutricional de muitas crianças e adolescentes, apesar de alguns estados como a Bahia estarem dando um incentivo aos estudantes da rede estadual, no valor de 55,00 reais per capita.

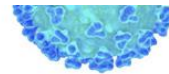
“Mesmo em um país rico como os Estados Unidos, cerca de 22 milhões de crianças dependem da escola para ter uma refeição quente que as tire da fome. Em países frágeis, o fechamento de escolas tem o potencial de ser devastador e permanentemente desestabilizar o futuro das crianças” (10).

Outro aspecto que merece atenção, refere-se ao possível impacto no processo de aprendizagem dos estudantes do terceiro ano do ensino médio, que frequentemente se planejam em torno da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Alterações no calendário escolar e do ENEM pode gerar uma pressão que pode repercutir na saúde mental dos estudantes que farão o teste este ano. A opção pela manutenção do calendário do ENEM³, a despeito da suspensão das aulas, gerou reação de vários segmentos da sociedade, inclusive do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED).

Um outro efeito a ser considerado é que o confinamento prolongado vai incidir no estado emocional e na saúde física e mental de milhares de crianças e de jovens, principalmente naqueles oriundos de famílias mais vulneráveis, que vivem em habitações precárias e sem acesso ou com acesso precário à internet, portanto sem acesso a materiais didáticos, bens culturais ou jogos. As escolas fornecem proteção e supervisão, e o fechamento escolar aumenta o ônus econômico das famílias que usam creches ou a dependência de parentes mais velhos vulneráveis. Os pais que trabalham fora de casa não poderão, nesse momento, deixar os filhos sem supervisão ou renunciar ao emprego para ficar em casa com eles.

É importante refletir que otimizar a utilização das tecnologias só faz sentido quando se parte para uma busca de caminhos alternativos de renovação educacional e transformação do sujeito e, portanto, da sociedade em que vivemos. O momento exige prudência com o

³ <https://www.vestibulandoweb.com.br/educacao/enem/calendario-do-enem-2020-esta-mantido/>



otimismo, pois o contexto sugere continuidade da exclusão social no Brasil, apesar do reconhecimento das possibilidades da criação de novas oportunidades para os desfavorecidos que ainda afastados desse processo.

Ou seja, o isolamento social deve acentuar as desigualdades existentes no Brasil, podendo, no caso da educação, impactar na ampliação das iniquidades educacionais já existentes no país; no aumento dos problemas nutricionais das populações mais pobres; e, na saúde física e emocional dos jovens nesse novo contexto. Medidas de suporte a população informal (auxílio emergencial) são importantes⁴, mas outras esferas merecem atenção, apesar de que no curto prazo há muito pouco a ser feito como na educação.

O delineamento de propostas para amenizar os prejuízos causados pelo fechamento das escolas, por um período ainda indeterminado, tem sido uma tarefa complexa que esbarra na atomização das decisões nas 27 redes estaduais e nas 5.570 redes municipais, cada uma delas com elevado grau de autonomia e com frágeis mecanismos de coordenação que as apoiem. O se vê, é que Estados e municípios têm adotado medidas no sentido de garantir a alimentação escolar aos estudantes, seja através da distribuição de cestas básicas com alimentos ou na disponibilização de bônus para os estudantes utilizarem na aquisição de alimentos em estabelecimentos comerciais conveniados. Entretanto, no que diz respeito à questão fundamental, que é a garantia de continuidade do processo educacional, muito se falou na necessidade de adoção da educação à distância, mas o que tem se visto é que nem estados e municípios conseguiram implementar esse processo de ensino. Numa rápida busca em sites de secretarias estaduais e municipais de educação, o que se observa é um imenso esforço técnico e pedagógico visando assegurar atividades educacionais remotas. Se os estados lidam com dificuldades para estabelecer um link com os seus estudantes, pode se imaginar que as dificuldades enfrentadas pelas 5.570 redes municipais de ensino sejam muitas, uma vez que sofrem ainda mais com a precariedade e inexistência de tecnologias e internet. Frente a omissão do MEC, o que tem se visto é que entidades como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e suas 26 seccionais

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm

nos estados têm feito um esforço de articulação com o Conselho Nacional de Educação - CNE e dos Conselhos Estaduais de Educação no sentido de discutir normatizações que possam dar orientações às redes educacionais.

Nesse contexto e, considerando os diferentes momentos no enfrentamento da COVID-19 dos estados e municípios, refletir sobre o retorno das aulas, evidencia a complexidade dos desafios que estão por vir, principalmente diante da realidade das instituições públicas de ensino no país. Os problemas são de ordem diversa, os quais perpassam, entre outros, a lotação de professores, contratação de pessoal de apoio (portaria, merenda, secretaria etc) e, principalmente, por problemas de infraestrutura. Configurando uma situação alarmante, de acordo com o observatório do PNE (<https://www.observatoriodopne.org.br/>), considerando que em 2017, 95,8% das unidades escolares brasileiras não possuíam a infraestrutura básica adequada prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) (lei 13.005/2014). Outro aspecto, trata da garantia do acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário da rede pública, quadra esportiva, laboratório de ciências, biblioteca ou sala de leitura e acesso à internet de banda larga. O Censo Escolar de 2019 revela que uma a cada cinco unidades escolares públicas brasileiras não conta com o conjunto completo de instalações essenciais (acesso à eletricidade, água tratada, esgotamento sanitário e banheiro). Essas unidades concentram 12,9% das matrículas da Educação Básica pública do País. É preciso vontade política para antecipar o cumprimento das metas estabelecidas no PNE até 2024. Em tempos de pandemia, atender as metas referentes à infraestrutura é urgente e estratégico para o País.

É preciso garantir um ambiente agradável e seguro para os professores, estudantes e toda comunidade escolar através do investimento em infraestrutura básica, equipamentos tecnológicos, pessoal de apoio e professores em sala de aula. Mas também é preciso planejamento para o retorno as aulas, considerando também a disponibilidade de máscaras, álcool gel 70%, água, sabão, toalhas descartáveis e, principalmente, o número de estudantes por sala, como uma estratégia para conter o avanço da COVID-19 no país.

Finalmente, o que já está sendo colocado em pauta é a agenda de retomada das aulas. Esse processo deve ocorrer de forma diferenciada nos diversos estados e até em regiões dentro dos estados, a depender do comportamento da epidemia em cada estado e município. Entretanto, desde já, as instituições e organizações responsáveis pela educação no Brasil, deveriam colocar em seus horizontes a necessidade de articular em uma grande frente nacional que colocasse como imagem objetivo a construção de uma educação no Brasil que impeça as desigualdades e as iniquidades, garantindo ao estudante o direito de aprender. Para isso, essa frente deverá se municiar para se contrapor ao arrocho das políticas sociais que já começam a ser anunciadas pela área econômica do governo.

A principal recomendação para a área de educação com impactos significativos são medidas de longo prazo, como a maior articulação entre os diferentes entes federados nas diversas etapas, como acontece com o SUS. Mas isso requer mudanças em marcos normativos na organização da rede de ensino que atualmente é muito fragmentada.

Elaboração

Oswaldo Barreto (Professor Aposentado UFBA); Marcio Natividade (Professor Adjunto ISC/UFBA); Jane Guimarães (Professora Adjunta UFSB); Erika Aragão (ISC/UFBA).

Colaboração:

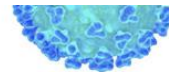
Grupo de Impactos Sociais e Distributivos Rede Covida - Coordenado pela Profa. Erika Aragão (ISC/UFBA)

Revisão ortográfica e gramatical:

Carolina Antônia Silva Trindade; Fatima Aparecida de Souza; Lívia Borges Souza Magalhães; Noemi Pereira de Santana; Raquel Nery; Sandra Carneiro de Oliveira

Referências:

1. Lipsitch M et al. Defining the Epidemiology of Covid-19 – Studies Needed. *New England Journal of Medicine*. on March 21, 2020. DOI: 10.1056/NEJMp2002125.
2. The World Bank. A América Latina e o Caribe precisam de políticas de coerentes para superar a crise do coronavírus. <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/04/12/coronavirus-crisis-latin-america-and-the-caribbean>. Acessado em: 23 de abril, 2020.
3. Wang G, Zhang Y, Zhao J, et al. Mitigate the effects of home confinement on children during the COVID-19 outbreak. *Lancet*. 2020; (published online March 4.). DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30547-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30547-X).
4. Sjödin et al. Covid-19 health care demand and mortality in Sweden in response to non pharmaceutical (NPIs) mitigation and suppression scenarios. *MedRxiv The Preprint Server for Health Sciences*. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1101/2020.03.20.20039594>.
5. Milne GJ, Xie S. The effectiveness of social distancing in mitigating COVID-19 spread: a modelling analysis. *MedRxiv The Preprint Server for Health Sciences*. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1101/2020.03.20.20040055>.
6. European Centre for Disease Prevention and Control. Outbreak of novel coronavirus disease 2019 (COVID-19): increased transmission globally—fifth update 02 March 2020. <https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/RRA-outbreak-novel-coronavir-us-disease-2019-increase-transmission-globally-COVID-19.pdf>. Acessado em: 07 de abril, 2020.
7. UN Development Programme. UNDP Africa policy note: confronting the gender impact of Ebola virus disease in Guinea, Liberia, and Sierra Leone. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/RBA%20Policy%20Note%20Vol%202%20No%201%202015_Gender.pdf. Acessado em: 07 de abril, 2020.
8. UNESCO Building peace in the minds of men and women. COVID-19 Educational Disruption and Response. <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acessado em: 04 de abril, 2020.
9. INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados do Censo Escolar 2019. http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e_resumos. Acessado em: 04 de abril, 2020.
10. ONUBR Organização das Nações Unidas Brasil. Fechar escolas desestabilizou vida de crianças; como podemos ajudá-las a continuar aprendendo? <https://nacoesunidas.org/artigo-fechar-escolas-desestabilizou-a-vida-de-criancas-em-todo-o-mundo-como-podemos-ajuda-las-a-continuar-aprendendo/>. Acessado em: 05 de abril, 2020.
11. Brasil. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União. Portaria nº 343 de 17 de março de 2020. Publicado em: 18/03/2020 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 39.



12. Brasil. Ministério da Economia. IPEA Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada. Texto para Discussão: As Tecnologias Digitais e Seus Usos. Brasília: Rio de Janeiro, abril de 2019. ISSN 1415-4765
13. DEMO, Pedro. Complexidade e Aprendizagem: a dinâmica não-linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.
14. MIDLE JM, GUIMARÃES JMM. Tecnologias digitais na formação docente e de estudantes: desafios da meta presencialidade. In: Mary Valda Sousa Sales. (Org). Tecnologias e educação a distância: os desafios para a formação. 1a. Ed. Salvador: Eduneb, 2018, v.1, p. 7-179.
15. SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ZIVIANI, Paula; GHEZZI, Daniela Ribas. As Tecnologias digitais e seus usos. 2019.
16. Fernando M. Reimers, Global Education Innovation Initiative, Harvard Graduate School of Education Andreas Schleicher, Directorate of Education and Skills, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um roteiro para guiar a resposta educacional à Pandemia da COVID-19 de 2020. Resumo 1. 30 de março de 2020